



Currículos Interculturais: realidade possível ou utopia acadêmica?

Jamile Borges da Silva¹

Marisa Santos de Souza²

RESUMO

Este trabalho objetiva proceder à crítica aos currículos escolares vigentes no país, tomando em consideração seu substrato político e epistemológico profundamente ancorado em cânones da colonialidade, apagando histórias, trajetórias e memórias e, como a perspectiva intercultural pode contribuir para reposicionar e promover justiça epistêmica para grupos historicamente silenciados. A pesquisa foi realizada através de abordagem etnográfica e interventiva no município de Lapão-Ba.

Palavras-chave: currículo, colonialidade, interculturalidade.

ABSTRACT: This work aims to promote at criticizing the school curricula in force all around the country, taking into consideration its political and epistemological substratum deeply anchored in canons of coloniality, erasing histories, trajectories and memories and, how the intercultural perspective can contribute to repositioning and promoting epistemic justice for historically silenced groups. The research was carried out through an ethnographic and interventional approach in the municipality of Lapão-Ba.

¹ Professora Adjunta da Universidade Federal da Bahia. Dra. em Estudos Étnicos e Africanos/UFBA. Professora do Mestrado Profissional em Educação/UFBA. Orientou a dissertação intitulada: **A implementação das leis 10.639/2003 e a 11.645/2008 na rede de ensino de Lapão: uma proposta de intervenção curricular intercultural** de onde se origina parte das reflexões apresentadas neste texto.

² Mestre em Educação Profissional Currículo, Linguagem e Inovações Pedagógicas pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Pedagoga pela Unidade de Ensino Superior do Sertão da Bahia- UESSBA. Pós-graduada no Ensino da História e da Cultura afro-brasileira pela Faculdade de Ciência e Tecnologia – FTC. Professora da Rede Municipal de Lapão/Ba.

Keywords: Curriculum, coloniality, interculturality.

RESUMEN: Esta obra tiene por objeto criticar los programas escolares vigentes en el país, teniendo en cuenta su sustrato político y epistemológico profundamente anclado en los cánones de la colonialidad, borrando historias, trayectorias y memorias y, cómo la perspectiva intercultural puede contribuir a reposicionar y promover la justicia epistémica para los grupos históricamente silenciados. La investigación se llevó a cabo a través de un enfoque etnográfico e intervencionista en el municipio de Lapão-Ba.

Palabras clave: plan de estudos, colonialidade, interculturalidad.

Cultura es la herramienta que ha habilitado um verdadeiro ejército de expertos y tecnócratas, activistas y trabajadores, que hablan y reproducen su existência em nombre de la cultura.

(Eduardo Restrepo, 2019, p.68)

Este texto é fruto de um trabalho de investigação e orientação que resultou em uma dissertação defendida no âmbito de um programa de Mestrado Profissional em Educação na Universidade Federal da Bahia, no ano de 2017. O intento era realizar um projeto de intervenção a ser operacionalizado no Município de Lapão-BA, onde se colocou em prática as reflexões e estratégias didáticas pensadas ao longo do processo formativo do Mestrado. Nesse sentido, o que se fará aqui é oferecer uma jornada teórica e experiencial que permita reconhecer velhos e novos conceitos, por uma pedagogia decolonial; refletir sobre memórias e tecnologias sociais e imateriais construídas para apreender os esquemas epistemológicos coloniais e a gramática intelectual resultante desse esquema.

Interessa-nos aqui examinar a noção de sistema-mundo-patriarcal como fundamento de antigos esquemas coloniais, como proposto pelo pensador congolês Valentim Mudimbe (2013) em sua noção de 'biblioteca colonial' e como tal noção afeta a fabricação de nossos currículos escolares ainda tão colonizados.

Do mesmo modo, para pôr em ação os fundamentos de uma educação intercultural, entendemos que será preciso promover justiça epistémica através da leitura de autores

comprometidos com o conhecimento produzido no sul global, estabelecendo a diferença entre projetos coloniais e pedagogias decoloniais.

Nossa proposta, longe de prover respostas fáceis e receitas metodológicas, é propor a elaboração de um inventário de problemas que reflitam a diversidade das situações históricas, de análises e de reflexões interdisciplinares, de posições teóricas e políticas sobre o vértice da colonialidade e como a normatividade dos esquemas de poder-saber impedem a promoção de currículos interculturais.

Dito de outra forma, queremos poder constituir uma matriz capaz de provocar reflexões indispensáveis para a construção de pedagogias decoloniais. Para tal, propomos repensar a gramática produzida sobre os currículos e sobre as populações subalternizadas numa perspectiva interseccional e intercultural.

Este artigo é também a possibilidade de recuperar e celebrar quase trinta anos do Projeto de Pesquisa intitulado 'Currículo, Trabalho e Construção do Conhecimento: relação vivida no cotidiano da escola ou utopia de discurso acadêmico?', realizado entre os anos de 1990 até sua publicação em um número especial da revista *Em Aberto*, número 58 de 1993.³

O referido projeto do qual tive a honra de participar ainda como bolsista de iniciação científica foi coordenado pela professora doutora Teresinha Froes Burnham, responsável pela criação do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Currículo, ligado ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFBA e teve como objetivo proceder a um extenso levantamento da produção acadêmica publicada na década de 80, em onze periódicos da área de educação, sobre as representações e elaborações em torno dos conceitos currículo, trabalho e construção do conhecimento.

Colonialidades e saberes disciplinados

³ Em *Aberto*, Brasília, ano 12, n.58, abr./jun. 1993
<http://inep.gov.br/documents/186968/485895/Curr%C3%ADculo+referenciais+e+tend%C3%A2ncias/03c68d48-0e97-42af-ae87-c6153c6384f3?version=1.3>.

Nas últimas décadas, as reflexões em torno da “questão colonial” assumiram um novo fôlego, marcado por uma diversidade de leituras, de polêmicas, algumas de natureza metodológica, outras dando conta do “incômodo” do tema e da difícil tarefa tanto de pensar sobre as formas de manutenção do regime colonial quanto de promover a descolonização ideológica do colonizador e também do colonizado. (Silva,2019a)

Este *continuum* colonial dos séculos XIX e XX, já analisado pelo filósofo congolês Valentin Mudimbe (2013), ganha novos contornos em meados dos anos 1950 (ou nos anos 1970, no caso das independências das ex-colônias portuguesas no continente africano) quando as dinâmicas anticoloniais e independentistas se afirmaram de forma irreversível, pondo fim a hegemonia europeia que se havia afirmado durante séculos.

Mudimbe (2013) cunhou o conceito de “biblioteca colonial” para nos ajudar na tarefa de entender a complexa dinâmica que sustentou o aparato colonial e o sistema patriarcal baseados numa série de conceitos que se constituíram como um conjunto de saberes transatlânticos. Segundo ele, o gerenciamento da África colonial sustentava-se num conjunto de conhecimentos em relação de tensão com as agendas político-culturais das colônias e seria constituída a partir de uma série bastante padronizada de livros — dentre ensaios, textos ‘científicos’ e relatos de viagem — a qual todo governador tinha que possuir em casa, conhecer e exibir.

Tal panorama, devidamente acumulado, levaria a um conjunto reificado de saberes, no contexto do colonialismo português, inglês e francês. Foi esse tipo de reflexão, localizando-a num contexto mais amplo — internacional e comparativo —, que nos levou a desenhar um fenômeno transatlântico, ainda corrente em nossas universidades no que diz respeito às nossas matrizes curriculares, fortemente ancoradas em saberes reificados, ocidentalizados como uma espécie de espelho invertido daquilo que poderíamos ser como nação soberana e intelectualmente autônoma.

Nesse processo, destacam-se continuidades e rupturas. Os modos de existência e permanência da colonialidade se expressam de forma distinta nesses diferentes contextos, embora guarde em comum os usos do aparato discursivo – através da educação – como estratégia de manutenção daquilo a que Anibal Quijano (2005) chamou de saber-poder.

Além do mais, há que se salientar que tanto as migrações de intelectuais do Terceiro Mundo para alguns centros de produção científica de ponta, como o desenvolvimento das Ciências Sociais em países como Índia, África do Sul e Brasil, contribuíram para tornar, ao longo do tempo, mais complexa a geopolítica do saber, ainda mais quando comparada ao desenho original dentro dos grandes projetos coloniais.

Levar adiante, portanto, uma proposta contra-hegemonica e decolonial implica revisitar a “biblioteca colonial”, incorporando a construção do que poderíamos chamar de uma “biblioteca decolonial”. Para tal, será preciso pensar como as diferentes temporalidades, processos de circulação de ideias, livros e obras podem nos ajudar a cartografar projetos interculturais que respeitem e valorizem os saberes historicamente ausentes do discurso escolar. Pensamos a cartografia como estratégia metodológica para ler distintas epistememes e articular seus sentidos possibilitando ao leitor a fabricação de um mapa conceitual.

Na década de 1970, o Grupo de Estudos Subalternos – sob a liderança de Ranajit Guha, um dissidente do marxismo indiano do sul asiático – propôs analisar criticamente não só a historiografia colonial da Índia feita por ocidentais europeus, mas também a historiografia eurocêntrica nacionalista indiana bem como a historiografia marxista ortodoxa. (Grosfoguel, 2008)

Em 1985, Gayatri Spivak, publicou um artigo que se transformou numa espécie de manifesto da crítica pós-colonial: o livro *Pode o subalterno falar?* apostava numa crítica à intelectualidade que pretende falar em seu nome e, ao fato de que, nenhum ato de resistência pode ocorrer em nome do subalterno sem que esse ato esteja imbricado no discurso hegemónico.

O chamado pensamento pós-colonial fez emergir um novo léxico com expressões como hibridismos, subalternidade, deslocamentos forçados, migrações, pensamento *queer*, transidentidades, entre outros, revelando que (re)pensar o decolonial no contexto brasileiro implica (re)criar o que chamo de epistemologias atentas⁴ aos contextos e marcadores culturais

⁴ Silva, Jamile B. **Pedagogias vitais e notas desejanτες**. Revista de Educación. Universidad Nacional de Mar Del Plata. 2018.

loais através da formulação de abordagens interseccionais que abarquem os diferentes indexadores sociais como gênero, sexualidade, raça e classe. (Silva, 2018b)

A atenção a essa nova gramática é fundamental para compreender os esquemas analíticos e os desenhos curriculares postos em prática pelas escolas e universidades.

Currículos em perspectiva intercultural

Intentamos considerar neste texto dois aspectos relacionados dessa complexa teia que sustenta as linhas de fuga e tensão entre as práticas curriculares adotadas nas escolas e o discurso pedagógico produzido por intelectuais do campo do currículo. Em primeiro lugar, é preciso considerar que nossas salas de aula são inequivocamente heterogêneas. Em segundo lugar, essa heterogeneidade é resultado não somente de efeitos demográficos (deslocamentos, exílios, migrações), mas também no sentido de que a comunidade que habita nossas escolas e, portanto, preenche nossas práxis curriculares, são a expressão de nossa sociedade, de seu passado colonial.

Sabemos que o currículo de abordagem multicultural começou a ser discutido em países como Estados Unidos, Canadá, Portugal, entre outros. No Brasil, cuja característica predominante é sua formação resultante dos processos de colonização, percebemos claramente o poder das culturas dominantes e, conseqüentemente, a supervalorização de algumas culturas e discriminação de outras.

Ademais, conforme Bezerra e Ribeiro, os currículos multiculturais caracterizam-se por

apoiar-se numa visão pós-moderna e pós-estruturalista de análise e compreensão das relações sociais. Evidencia questões até então negligenciadas nos discursos críticos tais como questões culturais, de sexualidade, entre outras. Dentro desse contexto de pensamento surgem os estudos multiculturais como temática educacional e, especificamente, curricular e didática. (Bezerra; Ribeiro, 2009, p.5).

Todavia, é no trabalho de Macagno (2014), num livro bastante polêmico intitulado *os dilemas do multiculturalismo*, especificamente em seu quarto capítulo 'as peripécias do

multiculturalismo’, que este autor procede a uma hexegese dos dilemas conceituais que o multiculturalismo inspira e nos quais está assentado. É em Macagno que busco as ferramentas analíticas necessárias para escapar às armadilhas do currículo multicultural.

Para esse intelectual, acostumado a interpelar o debate multicultural, os chamados *cultural studies*, os estudos pós-coloniais e os efeitos no mundo intelectual das ‘viradas’ do século XX, a exemplo da virada linguística e do ‘giro cultural’, é preciso interrogar a utilidade da noção de cultura como substantivo plural e, ao mesmo tempo, os usos políticos que agentes diversos fazem dessa noção (Macagno, 2014).

Assumindo que este dilema também é constitutivo da discussão curricular, isto é, pensar a cultura no horizonte da alteridade e como nossos currículos escolares são diretamente afetados por essas tensões entre colonialidade, etnocentrismos, diversidade, racismos, disputas por narrativas e identidades, nos coloca na inexorável condição de questionar a geometria do poder que sustenta as práticas educativas e as matrizes curriculares em funcionamento em nosso país.

A práxis curricular em ação nas escolas do país ainda são o reflexo daquilo a que Quijano (2005, p.93) chamou de colonialidade do saber-poder, fundado na imposição de esquemas hegemônicos de conhecimento. Essa afirmação da hegemonia do conhecimento científico que se difundiu na modernidade europeia se traduz num racismo epistêmico ou, como afirma Grosfoguel (2008, p. ?), “uma epistemologia que não admite nenhuma outra como espaço de produção de pensamento crítico nem científico”.

Pensar em currículos interculturais implica a suposição e o pressuposto de que a diferença deve estar na base dos processos educativos. Implica olhar o mundo com outros olhos num exercício de *Outridade*⁵ através do qual podemos vivenciar o real à maneira do perspectivismo ameríndio, isto é, concebendo uma multiplicidade de consciências que se esparramam por toda a paisagem do real.

A pergunta que não cala é: como as universidades brasileiras – e acrescentaria, como as universidades na América do Sul, Central e Caribe – poderão fazer frente ao modelo da

⁵ Outridade como reconhecimento da alteridade e do direito a existir com dignidade a todas as pessoas indistintamente.

racionalidade colonial? Isso significa interrogar como nós, enquanto intelectuais, poderemos fabricar narrativas, práticas e poéticas que sustentem nossas próximas gerações e as mantenham fora das estruturas carcerárias.

A existência de currículos interculturais desafia os paradigmas tradicionais em educação e coloca novos desafios teóricos e metodológicos para o exercício da cidadania plena, para a igualdade de oportunidades e, por exemplo, para a integração de migrantes e minorias étnicas, linguísticas e dissidentes sexuais em nossas salas de aula. Entretanto, não será possível pensar a adoção de matrizes interculturais em nossas escolas sem o reconhecimento da herança colonial e das feridas ainda não cicatrizadas que o colonialismo produziu.

Nesse sentido, será preciso colocar sob novas lentes as diretrizes legais que orientam a proposta curricular em curso no Brasil, especialmente ao tratar dos princípios e ideias que subjazem as leis 10.639/2003 e lei 11.645/2008. A adoção e a implementação dessas duas leis encorajam o trabalho de análise crítica e coloca em suspeição velhos cânones da razão moderna-ocidental-patriarcal-heteronormativa. Ao afirmar a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira e dos povos indígenas, estimulando um repensar sobre as relações raciais, somos instados a repensar nossas salas de aula e o projeto em curso de biopoder que pretende afastar, eliminar, não apenas pessoas, mas também matar projetos, histórias e horizontes. Daí porque entendemos ser fundamental recuperar o conceito de justiça epistêmica e cognitiva em currículos interculturais.

A implementação das Leis 10.639/2003 e a 11.645/2008 na rede de ensino de Lapão⁶: uma proposta de intervenção curricular intercultural

Em 2002, Antônio Flavio Moreira pesquisador do campo do currículo no Brasil, procedeu a um extenso mapeamento sobre os currículos escolares durante os esvaziados anos 90. A chamada década perdida foi também ruim para o campo educacional brasileiro.

⁶ Lapão, município localizado na zona fisiográfica da Chapada Diamantina Setentrional, no noroeste baiano, com uma extensão territorial de 626 km², microrregião de Irecê, Bahia.

Tomando como alvo de atenção o Grupo de Trabalho (GT) de Currículo da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd), o autor se pôs a examinar o funcionamento do GT e os trabalhos apresentados no período de 1996 a 2000.

Em um denso exercício de reflexão histórica sobre a produção intelectual brasileira no campo curricular, Moreira (2002) lembra que foram revelados um total de onze diferentes modalidades de textos sobre a escola e o currículo: textos políticos, raciais, de gênero, fenomenológicos, pós-modernistas e pós-estruturalistas, biográficos e autobiográficos, estéticos, teológicos, centrados nas instituições escolares, históricos e internacionais.

Em que pese o volume de textos publicados sobre currículo desde então, foram raros os que tentaram empreender uma espécie de genealogia ou mesmo uma arqueologia dos saberes e práticas curriculares produzidas Brasil adentro. Estavam mais preocupados com as condições em que se praticavam o currículo nas instituições educativas (uma práxis curricular) do que interrogar sobre os limites próprios da experiência curricular em suas temporalidades e historicidades.

Talvez, tivesse sido mais profícuo produzir uma ‘arqueologia’ de saberes que nos permitisse ‘ouvir’ os silêncios e ruídos entre as fendas dos discursos tecidos ‘para’ e ‘sobre’ o currículo em lugar de gritar as vicissitudes e a necessidade de produzir uma identidade única para o currículo no Brasil.

O enfrentamento dessa condição nos levou a um caminho etnográfico que resultou na análise dos processos educacionais em curso no município de Lapão/BA, objetivando identificar ao longo de uma década (2006-2016) as ações do Sistema Municipal de Ensino e o aparato que normatiza as políticas públicas que referendam as ações do município no âmbito educacional para o trato com as Leis 10.639/2003 e a 11.645/2008.

Foram analisados documentos legais, as metas do Plano Municipal de Educação – PME --, a proposta pedagógica específica para esse tema e o acompanhamento de um grupo de trabalho instituído por portaria municipal para o suporte e acompanhamento às escolas nas ações voltadas ao ensino da história e da cultura africana, afro-brasileira e indígena.

Do mesmo modo procedeu-se a trabalho de coleta de dados e uma extensa pesquisa de campo no município em questão, território com predominância de várias comunidades

quilombolas, que paulatinamente vem inserindo temáticas ligadas ao ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena na matriz curricular do sistema municipal de ensino.

Vale ressaltar que o município de Lapão, assim como outras cidades circunvizinhas, buscou no reconhecimento das suas comunidades quilombolas assegurar recursos financeiros e benefícios políticos que resultaram no processo de titulação das áreas remanescentes, realizado após estudo do perfil da comunidade.

A presença de várias comunidades quilombolas fez de Lapão local privilegiado para a implementação de uma proposta curricular assente nos princípios interculturais. O projeto do município propunha atender inicialmente uma escola de Ensino Fundamental, sendo que o público alvo eram alunos dos anos finais.

A interculturalidade no currículo escolar possibilita privilegiar as narrativas autobiográficas dos sujeitos envolvidos, bem como as histórias locais. Para essa pesquisa, era imprescindível recuperar e visibilizar as comunidades quilombolas do município e a trajetória de lutas dos municípios que sobreviveram a múltiplas formas de segregação racial e cujas memórias hoje contribuem para o processo de conhecimento e de valorização de nossa pertença étnica.

A proposta de currículos interculturais como elemento norteador do desenho educacional de Lapão objetiva valorizar a diversidade local oriunda do diálogo/fricção entre diferentes padrões culturais de que são portadores os sujeitos que vivenciam o processo educativo.

A intervenção pretendida toma em consideração a ideia de que o currículo está indescritivelmente, centralmente, vitalmente, envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos, na nossa subjetividade (SILVA, 2004). Nesse sentido, a escola passa a apresentar situações inovadoras de aprendizagens, deixando de ser apenas reprodutora de atividades folclóricas em datas comemorativas.

Defendemos que as escolas e as universidades são espaço/tempo de produção e difusão dos saberes, ponto de partida para novas possibilidades de vida; é lugar de luta política e de disputa das narrativas; é tensão entre o pensamento hegemônico e o devir-conhecimento, anti-hegemônico; é o embate entre a tradição seletiva e a atualidade; é cenário da luta de classes; é uma promessa de inclusão que não inclui todo mundo; é a

contestação da universalidade; é pedra e caminho para anseios privatistas e neoliberais, mas também é a diversidade possível em cada tempo histórico.

Outro desafio que foi sinalizado no percurso da pesquisa diz respeito ao fato de que a Rede Municipal de Lapão, como quase todos os municípios do país, está preocupada em empreender esforços na direção de melhoria dos indicadores da Educação Básica, principalmente no que diz respeito à proficiência em leitura, escrita e matemática, deixando de lado questões cruciais referentes ao aprendizado da vida e da convivencialidade.

A proposta curricular adotada pelo município de Lapão para os anos finais do Ensino Fundamental guia-se principalmente pela sistematização dos livros didáticos adotados na rede. Esse instrumento pedagógico acaba sendo o definidor daquilo que precisa ser ensinado nas escolas. Assim, cabe aos professores fazerem planos de aula definindo conteúdos preconizados na Lei de Diretrizes e Bases e também nos sumários dos livros didáticos. Situações diferenciadas dessa realidade só acontecem por conta da sensibilização do professor, das comemorações listadas no calendário ou no espaço que a disciplina oportuniza. Reflexões mais ampliadas e relacionadas aos temas afro-indígenas representam ainda os chamados 'temas transversais', não encontrando espaço definido nos currículos escolares.

A realização desta pesquisa de mestrado buscou ir ao encontro das necessidades da rede municipal de contemplar, em seus projetos estratégicos para desenvolvimento e formação de seu corpo docente, cursos que atendessem às demandas das populações e comunidades tradicionais existentes em Lapão, como é o caso dos povos quilombolas.

Buscamos desenvolver uma proposta pedagógica respaldadas na legislação - Leis 10.639/03 e a 11.645/2008 - que alterou artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB 9.394/1996, propondo novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.

Esperávamos contribuir para repensar as relações entre organização curricular e ação docente, assegurando a efetivação dos princípios de inclusão social e emancipação humana, orientando os currículos em nova perspectiva. Também, desenvolver uma proposta cuja implementação fomenta políticas públicas voltadas para a obtenção de uma educação guiada por um sistema de ensino capaz de enfrentar os desafios existentes na condução da prática educativa e mais próximas da realidade dos estudantes.

Além de propor um projeto-piloto, a pesquisa previa que currículos interculturais pudessem ser ampliados para a rede municipal de ensino, uma vez que Lapão se configura como unidade geográfica com a presença de várias comunidades quilombolas e que juntas caracterizam, em termos populacionais, históricos, culturais e econômicos, a identidade do município.

Para esse trabalho de elaboração e acompanhamento do currículo da rede, foi instituído um grupo de trabalho por meio da Portaria Municipal de nº 03/2016, para elaborar uma agenda de estudos, pesquisa e ações em busca da implementação do ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira, conforme disposto nos instrumentos legais existentes no Município de Lapão e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, LDB 9394/96.

Considerações finais

Há pouco mais de duas décadas, a intelectual afro-americana Faye Harrison⁷ interrogava se uma experiência genuína de antropologia poderia emergir das tradições intelectuais críticas e contra hegemônicas dos povos do ‘terceiro mundo’ – expressão que já caiu em desuso - ; isto é, um estudo original e autêntico poderia surgir como resultado do debate e do diálogo conciliatório entre intelectuais ocidentais e não-ocidentais?⁸ (Trad. livre. Harrison, 1991).

Sabemos pela experiência histórica da escravidão, da servidão e da desigualdade que toda hierarquia – seja ela sexual, de gênero ou racial - estão a serviço de um projeto de dominação que só pode se sustentar por meio da divisão, constantemente renovada, daqueles a quem se procura governar.

⁷ Harrison, F. V. **Decolonizing Anthropology: Moving Further toward an Anthropology for Liberation**. (3 ed.) American Anthropological Association. 1991.

⁸ “an authentic anthropology can emerge from the critical intellectual traditions and counter-hegemonic struggles of Third World peoples? Can a genuine study of humankind arise from dialogues, debates, and reconciliation amongst various non-Western and Western intellectuals — both those with formal credentials and those with other socially meaningful and appreciated qualifications?”

As dinâmicas de poder em nossas universidades expressas em números e em seu fenótipo resultam em unidades e centros de pesquisa racialmente definidas e cuja produção de saberes é o reflexo do sistema-mundo-patriarcal moderno de que falamos no início deste texto.

Os grupos racialmente subordinados enfrentam cotidianamente agressões explícitas ou sutis que aprofundam a marginalização de intelectos e do trabalho das mulheres, de afrodescendentes, de pesquisadores e pesquisadoras LGBTQIA+, quilombolas e indígenas.

Assim, cabe perguntar: será que os Currículos Interculturais são uma realidade possível ou utopia acadêmica?

Nas últimas décadas, em todo o mundo, diversas tentativas de redesenhar a matriz curricular dos cursos de graduação e pós-graduação vêm sendo operacionalizadas para decolonizar narrativas e textos, enquadramentos teórico-metodológicos, visando a crítica aos cânones e apostando em leituras cruzadas de referenciais construídos por outros corpos, dissidentes e não-convencionais.

Entretanto, sabemos que os sistemas educacionais ao redor do mundo ainda são profundamente influenciados por legados coloniais e por dispositivos de poder-saber como já apontou o sociólogo peruano Aníbal Quijano (2005) sobre as desigualdades intrínsecas nas sociedades contemporâneas.

Acreditamos que a fertilização cruzada entre política, poética, performance, ativismos e crítica aos modos de saber-poder ainda coloniais de nossos currículos escolares podem ser o horizonte para que as futuras gerações encontrem nas salas de aula e na vida cotidiana espaço de justiça e direito a existir sob múltiplas pertenças.

Referências

BRASIL. Lei 9.394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (Lei 9.394/96). Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 1996.

BRASIL. Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9. 394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 2003.

BEZERRA, Maria Luísa da Costa; RIBEIRO, Márcia Maria Gurgel **a escola e o currículo multicultural: desafios e perspectivas** Disponível em <https://cchla.ufrn.br/humanidades2009/Anais/GT07/7.1.pdf>. Acessado em 14 de maio de 2020

GROSGUÉL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global, in **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 80 | 2008, 115-147.

HARRISON, F. V. **Decolonizing Anthropology: Moving Further toward an Anthropology for Liberation**. (3 ed.) American Anthropological Association. 1991.

MACAGNO, Lorenzo. **O dilema multicultural**. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná; Rio de Janeiro: Graphia, 2014

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGUÉL, R. (Orgs.) **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007, p. 127-167.

MOREIRA, Antonio F. B. O campo do currículo no Brasil: construção no contexto da ANPED. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, p. 81-101, novembro/ 2002.

MUDIMBE, V. Y. **A invenção da África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento**. Lisboa: Mangualde; Luanda: Edições Pedagogo; Edições Mulemba, 2013.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina, 107, , in **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005,pp.107-130.

RESTREPO, E. [Artilugios de la cultura: apuntes para una teoría postcultural](#). In: Stuart Hall, Eduardo Restrepo y Carlos del Cairo. *Cultura: centralidad, artilugios, etnografía*. Bogotá: ACANT. 2019.

SILVA, Jamile Borges da. [\(Re\) semantizar la memoria como pedagogía descolonial: a propósito de un diálogo con Jamile Borges](#), in F Ramallo, S Bazán - **Revista de Educación**, 2019a, pp 241-254.

SILVA, Jamile B. Pedagogias vitais e notas desejantes. **Revista de Educación** . Universidad Nacional de Mar Del Plata. 2018b, pp 263-267.

SPIVAK, Gayatri C. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010 [1985].

WALSH, Catherine; GARCÍA, J. **Pensamiento crítico y matriz (de)colonial: reflexiones latinoamericanas**. Quito: Abya-Yala, 2005.